

Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação. Estaremos aqui, sim, entrincheirados, mas já sabendo que estamos, mais uma vez, fazendo a missa de corpo presente da população de São Paulo, dos servidores públicos, das necessidades, dos recursos para as Universidades, da canalização de recursos para a Agricultura, para a Educação e Segurança Pública, lamentavelmente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente em exercício, nobre Deputado Marcos Martins, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, quero aqui fazer coro com o Deputado Olímpio Gomes, tanto em relação à passividade e à falta de autonomia e independência da Assembleia Legislativa de São Paulo, que é um verdadeiro cartório, é um apêndice do Executivo do Palácio dos Bandeirantes, porque tem aqui uma base governista de 71 deputados, Deputado Olímpio Gomes, que vota em todos os projeto do Executivo, principalmente os que prejudicam a população do Estado de São Paulo.

Em relação ao Judiciário quero dizer que temos que mudar esse orçamento que o Executivo enviou aqui para a Assembleia Legislativa de São Paulo, pois vai provocar um verdadeiro caos na Justiça do Estado de São Paulo. Diria que foi criminoso o corte realizado apelo Governador Alberto Goldman em relação ao Orçamento original que foi encaminhado para o Palácio dos Bandeirantes pelo Tribunal de Justiça; o orçamento chegou aqui com 54% de corte.

Isso vai inviabilizar a Justiça do Estado de São Paulo, sobretudo prejudicando mais de 50 mil servidores do Estado de São Paulo que têm um dos salários mais baixos do Brasil do ponto de vista dos servidores públicos do nosso País.

Quero alertar a todos que, se não houver a reposição salarial dos servidores da Justiça, haverá uma grande greve no ano que vem. Tivemos uma greve de 127 dias - talvez a maior greve do funcionalismo público do Estado de São Paulo – justa, legítima, que teve o apoio de alguns deputados da Assembleia Legislativa, inclusive deste Deputado, do Deputado Olímpio Gomes, que esteve o tempo todo presente. Apoiamos essa greve porque ela mostrou para toda a sociedade as contradições e o caos em que se encontra a Justiça de São Paulo.

Agora, se o Orçamento não for restituído e se o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e as entidades representativas dos servidores, se não houver a confirmação desse acordo e o reajuste de 20, 16%, haverá uma grande greve logo no início do ano que vem, no início do novo governo do Governador eleito, Geraldo Alckmin. Sabemos disso porque a Justiça está tornando-se inviável no Estado de São Paulo. Temos 50 mil servidores trabalhando em condições extremamente precárias e com salários baixíssimos.

Hoje, um trabalhador do Judiciário trabalha por cinco, por seis, e é vítima de assédio moral, de péssimas condições de trabalho. Temos aqui várias denúncias que foram entregues na Assembleia Legislativa. Não foi à toa que pedimos a instalação de uma CPI do Judiciário, aqui na Assembleia Legislativa, para investigar com profundidade tudo o que vem acontecendo no Poder Judiciário, e que vem prejudicando toda população do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, ontem protocolamos, enfim, o requerimento com as 32 assinaturas necessárias regimentais para a instalação da CPI do Judiciário. O nosso requerimento foi elaborado, foi formulado a partir das denúncias, a partir de dossiês que foram entregues na Assembleia Legislativa, principalmente durante todo o período de greve, quando tivemos informações do que vem acontecendo no Tribunal de Justiça. Por isso que queremos aqui investigar, fazer uma devassa no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Primeiramente quero agradecer aos deputados que tiveram a coragem de assinar o nosso pedido de CPI, porque temos que investigar o Poder Judiciário. A Assembleia Legislativa aprova o Orçamento do Judiciário, portanto temos a prerrogativa de investigar, de jogar luz no que vem acontecendo nesse poder.

Sr. Presidente, fazemos também um apelo, aproveitando a oportunidade, para que os deputados que apresentaram requerimentos de CPLs para obstruir as CPLs sérias – porque temos muitas CPLs na lista de espera que não são CPLs sérias – para que retirem os pedidos dessas CPLs que têm como finalidade principal proteger o Governo - para emperrar a pauta das CPLs -, para que possamos então instalar uma CPI de verdade aqui na Assembleia Legislativa que é a CPI do Judiciário.

Sr. Presidente, como já disse, se o Orçamento for aprovado do jeito que foi enviado para a Assembleia Legislativa, vamos ter uma grande greve, logo no início do ano que vem, prejudicando toda a população do Estado de São Paulo: o Tribunal de Justiça tem que cumprir o acordo com os trabalhadores.

Finalizando, quero dizer que sem o aumento do Orçamento do Judiciário não vamos ter as 200 Varas instaladas no Estado de São Paulo, e a construção dos Fóruns que aprovamos aqui. Os Fóruns da Capela do Socorro, da Região de M’Boi Mirim, da Região de São Mateus, serão inviabilizados por falta de recursos e quem vai pagar o preço será a população que vai continuar com uma Justiça cara, burocrática e lenta. Consequentemente, todos que dependem de uma Justiça ágil para a sua sobrevivência – a população como um todo - serão extremamente prejudicados; sendo os servidores do judiciário os maiores prejudicados, hoje, por conta do arrocho salarial, por conta da falta de respeito da data base salarial e das mais terríveis e precárias condições de trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS MARTINS - PT - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre Deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\* \* \*

- Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Barros Munhoz.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

\* \* \*

- Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 1284, de 2009, de autoria da Mesa. Prorroga para o exercício de 2010 os efeitos da Lei nº 12.473, de 2006, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. Com 3 emendas. Pareceres nºs 2608 e 2609, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrário às emendas. Parecer nº 2610, de 2009, da Mesa, contrário às emendas. Com emenda aglutinativa apresentada nos termos do § 1º do Artigo 175.

Em votação. Há sobre a mesa o seguinte requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, que a votação do Projeto de lei 1284/09, constante da presente Ordem do Dia, se processe na seguinte conformidade:

- emenda aglutinativa substitutiva ao projeto;
- Projeto de lei;
- emendas englobadamente.”

Assina o Deputado Vitor Sapienza.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 1. Em votação a emenda aglutinativa. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Itens 2 e 3. Prejudicados.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, em meu nome e em nome da classe que represento, agradecer o apoio, a forma democrática como esta Casa se posicionou em relação a esse justo pleito dos funcionários públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Líderes.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, passo a ler a declaração de voto da Bancada do PT, ao PL 1284/09:

“A Bancada do Partido dos Trabalhadores manifesta seu voto favorável ao Projeto de Lei nº 1284/2009, mas se reserva o direito de apresentar suas restrições, conforme passamos a expor:

O PL 1284/2009, de iniciativa da Mesa, prorroga para o exercício de 2010, os efeitos da Lei nº 12.473, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. A proposição recebeu emenda aglutinativa, mantendo, para o exercício de 2010, os valores constantes da Lei nº 12.473/2006 e estabelecendo, para o exercício de 2011, novos valores.

A partir da Emenda Constitucional nº 20, de 08 de abril de 2005, a Mesa da Assembleia Legislativa tem a obrigação de propor, anualmente, projeto de lei fixando os subsídios do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado que vigorarão no próximo exercício financeiro.

Os valores fixados para o exercício de 2005, primeiro ano em que foi votada a lei exigida constitucionalmente, foram sendo mantidos nos anos seguintes, ou seja, desde 2005, os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado estão fixados em R\$14.850,00, R\$14.110,00 e R\$11.885,40, respectivamente.

Como consequência, os limites máximos estabelecidos para os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo também ficaram congelados desde 2005, uma vez que, atualmente, o teto salarial dos servidores públicos do Poder Executivo é o subsídio do Governador, por exigência do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Anualmente, a cada votação do novo subsídio, temos presenciado a mobilização de servidores, em especial os Agentes Fiscais de Renda, pleiteando o aumento do valor proposto no projeto apresentado pela Mesa, pois, dessa forma, terão aumentado o teto de sua remuneração.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem defendido, reiteradamente, a valorização de todas as carreiras dos servidores públicos. Tem combatido as políticas governamentais, na medida em que elas optaram pelo tratamento diferenciado para cada carreira, o que levou à desmobilização da categoria como um todo, e pela concessão de bônus, em vez de valorização salarial.

Por defendermos os servidores públicos é que concordamos em assinar a emenda aglutinativa apresentada ao PL 1284/2009, uma vez que ela majora os valores que vigorarão no ano de 2011.

Sabemos, entretanto, que essa não é a forma mais adequada de resolver a questão do teto salarial do funcionalismo em geral. A solução definitiva passa pela aprovação de emenda à Constituição Estadual, propondo um teto único para o funcionalismo público dos três Poderes.

Com efeito, a Constituição Federal prevê, no § 12 do artigo 37, a possibilidade de os Estados estabelecerem, mediante emenda à Constituição, um limite único (para todos os Poderes), tomando-se como base o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

O limite assim instituído atenderia o princípio da isonomia e acabaria com as distorções atuais, que possibilitam, por exemplo, que os servidores públicos do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas tenham um teto superior àquele adotado pelo Poder Legislativo e os servidores deste superem o teto estabelecido pelo Governador para os servidores ligados aos órgãos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09/12/10

Antonio Mentor - Líder da Bancada do PT\*

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, quero cumprimentar esta Casa e especialmente o nobre Deputado Vitor Sapienza. Desde 1999, quando aqui cheguei, tem sido o nosso mestre, grande deputado, foi Presidente desta Casa. Tenho certeza de que o nobre Deputado Vitor Sapienza vive um dos dias mais felizes de sua vida. Sabemos de sua luta pela aprovação desse projeto. Em nome dele cumprimentamos todos os funcionários públicos. Parabéns, meu querido amigo, líder, presidente de sempre, Vitor Sapienza.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência quer cumprimentar todos os deputados, especialmente o nobre Deputado Vitor Sapienza, e dizer da grande satisfação de poder cumprir mais um compromisso da Assembleia Legislativa de São Paulo. Havia um compromisso da Casa com os servidores que precisavam que este projeto fosse votado. A Casa praticamente encerra esta Legislatura votando hoje o 77º projeto referente ao funcionalismo do Estado. Queremos fazer justiça a todos os deputados e, inclusive, entender a posição do nobre Deputado Jorge Caruso, que nunca questionou o mérito do projeto e sempre foi claro que era um embate parlamentar, como costumeiramente se faz nesta Casa, e foi feito com muita dignidade. Nobre Deputado Jorge Caruso, V. Exa. sempre reconheceu o mérito do projeto e o valor da luta desse extraordinário parlamentar, o nosso querido companheiro Vitor Sapienza.

O SR. GILSON DE SOUZA - DEM - Sr. Presidente, quero reconhecer o empenho não só do nobre Deputado Vitor Sapienza, grande amigo desta Casa, mas também dos companheiros da Assembleia Legislativa. Quero ressaltar a atenção que a Secretaria da Fazenda tem tido com todos os parlamentares desta Casa e todos os servidores do Estado. Quero agradecer e dizer da minha satisfação em poder estar junto nesse projeto tão importante para todos nós.

O SR. ANTONIO MENTOR - PT - Sr. Presidente, quero fazer uma breve manifestação também no sentido de corroborar com as manifestações anteriores relativamente ao empenho e à dedicação do Deputado Vitor Sapienza na aprovação desse projeto. Esta Casa presta uma homenagem importante a um deputado que se dedicou de forma tão expressiva para que as carreiras do funcionalismo que estão tendo seus salários achatados pelo teto constitucional pudessem ter uma pequena, mas importante valorização com a dedicação e empenho dedicados pelo Deputado Vitor Sapienza a essa questão que tem o reconhecimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de fazer justiça. Este projeto foi endossado e apoiado por todas as bancadas com assento nesta Casa, independentemente de posição quanto ao Governo. Faço questão de fazer esse registro.

O SR. JONAS DONIZETTE - PSB - Sr. Presidente, em nome da liderança do Governo, gostaria de fazer um breve registro. Tivemos várias oportunidades de debater esse tema, mas sem concretizar o que estamos conquistando hoje: votar e fazer justiça no que diz respeito a muitas categorias profissionais do funcionalismo do Estado de São Paulo. Muitos deles já estão na carreira pública há muitos anos e, por isso, chegaram ao teto salarial. Alguns tinham seus vencimentos barrados por cláusulas de justiça. Hoje esta Casa cumpre seu papel político, depois de muito debate, muitas conversas com o Poder Executivo, chegamos a um valor aprovado nesta Casa, o chamado subteto. Acho que foi importante, tempos atrás, estabelecer o teto para todo o serviço público para corrigir algumas questões que acabavam sendo lesivas ao Erário. Mas não poderíamos deixar de olhar para o outro lado da balança, muitas injustiças que vinham sendo cometidas a pessoas que se dedicam ao serviço público. Inclusive, muitas dessas pessoas, da área fiscal, trabalharam muito para que o Orçamento do Estado pudesse melhorar, para que tivéssemos hoje um Orçamento estadual de mais de 140 bilhões de reais, para que as finanças do Estado de São Paulo pudessem crescer e se estabilizar, mesmo em tempos difíceis da economia, como em períodos recentes. Portanto, esses profissionais fazem jus a receber um salário digno. Muitos deles, certamente, se tivessem se dedicado à iniciativa privada, poderiam até ter vencimentos maiores do que estamos aprovando hoje, mas são pessoas de espírito público elevado, que têm um alto grau de dedicação ao serviço público. Portanto, esta Assembleia hoje faz justiça.

Quero registrar o trabalho de V. Exa., que se empenhou muito, nobre Deputado Barros Munhoz, para que pudessemos levar a bom termo a votação que ocorre agora nesse desfecho.

Quero destacar também o trabalho dos nobres Deputados Vitor Sapienza e Vaz de Lima, que muito se dedicaram para que pudessemos, juntamente com o Poder Executivo, chegar a esse valor determinado do subteto que votamos hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os líderes partidários e a todos os 94 deputados desta Casa por terem promovido justiça. Se ainda não é a justiça plena, haja vista que quando falamos em harmonia e em independência entre os poderes, também temos de dar a todos aqueles que realizam suas missões nos poderes constituídos igualdade de tratamento. Ainda estamos bastante distantes do teto praticado pelo Judiciário, mas a Assembleia Legislativa, no apagar das luzes deste ano, dá uma demonstração que, quando quer, pode sim corrigir destinos e fazer justiça. Temos de prosseguir numa nova etapa para um projeto de emenda constitucional, com vistas a que isso não seja mais objeto de discussões ou de qualquer espécie de troca ou barganha, por ser fundamental a correção salarial dos servidores do piso ao teto salarial.

Onze mil e oitocentos servidores públicos do Estado de São Paulo estão se sentindo mais justificados neste momento. Precisamos aprender a mesma lição do que praticamos agora para buscar o aperfeiçoamento salarial de todas as categorias do Estado de São Paulo, promovendo pisos mais dignos.

Os meus parabéns ao Presidente da Assembleia Legislativa, aos líderes partidários, aos deputados, ao Estado de São Paulo e aos quase 12 mil servidores públicos que estavam notadamente esquecidos e injustiçados com um congelamento do teto salarial. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de agradecer suas palavras com relação à minha pessoa e à Bancada do PMDB, deixando claro que o nosso posicionamento pertinente a esse projeto sempre foi no sentido de aperfeiçoar e de discutir não somente a situação desses servidores, mas também a dos demais.

Por isso, o PMDB sempre procurou levar essa votação junto com a questão orçamentária do Poder Judiciário, visando a que acomodássemos todas as situações, enfim, buscando um amplo entendimento a respeito de vários projetos. Sempre foi a forma de pensar do PMDB e essa foi a defesa que adotamos.

Na noite de ontem, o procedimento de postergar para hoje essa votação foi no sentido de que a emenda aglutinativa havia sido apresentada poucos minutos antes da votação, e gostaríamos de ter tido uma análise melhor, um comprometimento do Governo no sentido de revermos outras matérias, em especial a Peça Orçamentária - o que houve, de forma muito positiva.

Portanto, cumprimento todos que participaram desse processo, notadamente V. Exa., os Deputados Vaz de Lima e Vitor Sapienza, que nunca mediram esforços em prol da categoria, junto com os demais deputados, é claro.

Tenho certeza de que esse procedimento deverá ser seguido por esta Casa com relação aos demais funcionários públicos do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB – A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d” da XIII Consolidação do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Comissão de Redação para hoje, dez minutos após o término desta sessão, com a finalidade de apreciar a seguinte matéria em Regime de Urgência: Projeto de lei nº 1284, de 2010, há pouco aprovado nesta Casa.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 43 minutos.

\* \* \*

## Atos Administrativos

#### DECISÕES DA MESA

DE 15/12/2010

**NOMEANDO**, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

BRUNO ZANARDI DA SILVA, RG. nº 294828011, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de Agente Técnico Legislativo Especializado, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo VIII – Escala de Classes e Vencimento – de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da aposentadoria de MARIA AUXILIADORA ROCHA NUNES.

(Decisão nº 2075/2010);

**TORNANDO SEM EFEITO** a Decisão nº 1170/2010, publicada em 20/10/2010, de nomeação de MARLON MELO ABELHA, RG. nº 440036604, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Agente Técnico Legislativo, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo VIII – Escala de Classes e Vencimento – de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96.

(Decisão nº 2076/2010);

**CESSANDO**, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 19927, ERIKA RODRIGUES FORTE, a partir de 01/09/2010

(Decisão nº 2077/2010);

Mat 20806, GILBERTO NASCIMENTO SILVA, a partir de 02/07/2010

(Decisão nº 2078/2010);

Mat 6417, MARTA JANETE GARCIA DE SOUZA, a partir de 28/10/2010

(Decisão nº 2079/2010);

Mat 13599, SAULO ÁVILA MARTINS PINHÃO, a partir de 01/12/2010

(Decisão nº 2080/2010);

**ATRIBUINDO**, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 4389, CLOVIS PUCCINELLI ALVES, GED Nível IX, a partir de 01/12/2010

(Decisão nº 2081/2010);

Mat 21366, IVAIR SILVA DE SOUZA, GED Nível IX, a partir de 01/12/2010

(Decisão nº 2082/2010);

Mat 11994, LUCIA HELENA JUVENCIO, GED Nível I, a partir de 29/11/2010

Mat 20921, WALMOR PEDRO DE ARAUJO, GED Nível VII, a partir de 23/11/2010

(Decisão nº 2083/2010);

#### DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 15/12/2010

**DECLARANDO** que a Gratificação de Representação atribuída a EDGARD FERREIRA GONÇALVES, RG nº 19323988, matrícula nº 13577, deve ser considerada de Diretor Legislativo de Serviço, no período de 30/11/2010 a 23/12/2010, e não como constou no despacho publicado em 14/12/2010.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO: RGE 2707/10**  
**BENEFICIÁRIA:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
**DETENTORA:** CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A  
**OBJETO:** SOLUÇÃO DE PROCESSAMENTO CENTRAL COMPOSTA POR BLADE SERVERS E OUTROS  
**VALIDADE:** 12 (DOZE) MESES  
**ASSINATURA:** 09/12/2010

**EXTRATOS DE TERMOS DE CONTRATOS**  
**PROCESSO: RGE 3101/09**  
**CONTRATANTE:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**CONTRATADA:** ALLEN RIO SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.  
**OBJETO:** FORNECIMENTO DE LICENÇAS DO SOFTWARE MS-OFFICE STANDARD 2007, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO  
**VALOR:** R\$ 123.250,00 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)  
**ELEMENTO ECONÔMICO:** 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA  
**VIGÊNCIA:** 22 (VINTE E DOIS) DIAS  
**ASSINATURA:** 10/12/2010

**PROCESSO: RGE 3101/09**  
**CONTRATANTE:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**CONTRATADA:** LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.  
**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MICROCOMPUTADORES DESKTOPS  
**VALOR:** R\$ 507.500,00 (QUINHENTOS E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)  
**ELEMENTO ECONÔMICO:** 449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
**VIGÊNCIA:** 94 (NOVENTA E QUATRO) DIAS  
**ASSINATURA:** 13/12/2010

**PROCESSO: RGE 5427/10**  
**CONTRATANTE:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**CONTRATADA:** ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA.  
**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E LICENÇAS DE REDE  
**VALOR:** R\$ 131.00,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL REAIS)  
**ELEMENTO ECONÔMICO:** 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA  
**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES  
**ASSINATURA:** 15/12/2010

#### EXTRATO DE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

**PROCESSO: RGE 5428/10**  
**CONTRATANTE:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
**CONTRATADA:** CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A  
**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO PARA O SOFTWARE WEBSERVICE DE ASSINATURA/VERIFICAÇÃO DIGITAL, COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA  
**VALOR:** R\$ 64.776,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)  
**RECURSO ELEMENTO ECONÔMICO:** 339035 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA E 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA  
**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES E 15 (QUINZE) DIAS  
**ASSINATURA:** 13/12/2010

**DECISÃO DO PREGOEIRO**  
**DE 15/12/2010**  
**NO PROCESSO RGE nº 5546/10** (Pregão Presencial nº 62/2010), o qual tem por objeto a contratação de empresa de engenharia, para execução de serviços de modernização e adequação do Hall Monumental e acessos do “Palácio 9 de Julho”, sob o regime de empreitada por preço global, o Sr. Pregoeiro DECIDIU: 1) CLASSIFICAR as empresas CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA. como 1ª colocada, JRA EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA. como 2º colocada, CONSTRUTORA OHANA LTDA. como 3ª colocada, e HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. como 4ª colocada, todas por apresentarem proposta comercial em conformidade com os termos do edital; 2) HABILITAR a empresa CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA., por apresentar documentação de acordo com o exigido no edital.